



MANUAL DE INSPEÇÃO REMOTA CONJUNTA

Sumário

1 - Introdução.....	2
2 - Metodologia	3
3 - Procedimentos pré-inspeção.....	4
4 - Procedimentos de Inspeção Remota	6
5 - Procedimentos Pós-inspeção	6
6 - Anexos	7
a) Pesquisa de Conectividade.....	7
b) Fluxo das Etapas da Inspeção Conjunta Remota.....	14
c) Formulário de Inspeção Remota Conjunta	15
d) Contatos das instituições que compõem a inspeção conjunta remota	15

MANUAL DE INSPEÇÃO REMOTA CONJUNTA

1 - Introdução

A Declaração de Emergência em Saúde Pública de importância Internacional da Organização Mundial de Saúde em 30 de Janeiro de 2020, e a Declaração Pública de pandemia em face do novo Coronavírus (Covid-19) pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, impuseram a urgência de alterações de rotinas laborais e adequações de procedimentos funcionais aos fomentadores da correta execução penal e da plena garantia dos direitos fundamentais das pessoas privadas de liberdade.

A estratégia de implementação das inspeções virtuais foi uma proposição discutida no âmbito do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à COVID-19, presidido pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização, tendo sido delegada à Unidade de Monitoramento da Execução da Pena e Medidas de Segurança – UMEP/CEOSP/MPBA a elaboração do presente manual, que busca atender ao propósito de dar seguimento às obrigações de fiscalização da execução da pena, medidas de segurança e dos estabelecimentos prisionais, observando o que preceitua o artigo 66, inciso VII, e artigo 68, parágrafo único da Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984 - Lei de Execução Penal, na tentativa de superar as limitações impostas pelos efeitos da Pandemia de COVID-19 e considerando as Recomendações para Prevenção e Cuidado da COVID-19 no Sistema Prisional, emitidas pelo Departamento Penitenciário Nacional e demais orientações exaradas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

A realização da inspeção de forma conjunta se mostra conveniente neste momento pandêmico, na medida em que evita a intermitente solução de continuidade dos serviços penitenciários para atendimento das demandas de cada instituição de *per si*.

As restrições de ingresso e presença física nos estabelecimentos de privação de liberdade desafiam os agentes públicos da tutela coletiva do sistema prisional a desenvolver alternativas procedimentais e instrumentais para continuar exercendo suas atribuições constitucionais, respeitando a exigência de distanciamento social e exposição mínima dos Membros, Magistrados, servidores e demais agentes públicos.



Por isso, esse manual tem por objetivo orientar e instrumentalizar os profissionais envolvidos nas inspeções virtuais a serem realizadas nas Unidades Prisionais do Estado, que ocorrerão de forma conjunta e envolverão os diretores das unidades prisionais e os representantes do Ministério Público da Bahia, da Ordem dos Advogados da Bahia, do Judiciário e da Defensoria Pública do Estado.

2 - Metodologia

A metodologia é composta por procedimentos estruturais, subdivididos por etapas e ações norteadoras do trabalho de inspeção e que estão dispostas desde a fase de pré-inspeção, passando por providências e diligências de suporte à inspeção remota, instrumentos administrativos formais e tecnológicos que garantem o suporte operacional de todo o processo, incluindo a pós-inspeção, a qual engloba os encaminhamentos relativos às informações recebidas dos diretores das unidades prisionais.

O primeiro procedimento refere-se às etapas de pré-inspeção e são compostas por: agendamento de inspeção virtual, preparação de espaço virtual para realização da inspeção e encaminhamento de formulário de inspeção conjunta e verificações preliminares de dados recebidos.

O segundo procedimento estruturante refere-se à efetivação da Inspeção Remota e as diligências iniciais necessárias ao êxito do trabalho, atentando para aspectos como disponibilidade de conectividade no interior das unidades prisionais, e outras eventuais vulnerabilidades de infraestrutura que possam fragilizar o trabalho de inspeção virtual. Serão observadas as providências eventualmente adotadas pela administração da unidade prisional para evitar a proliferação da Covid-19 ao longo da vigência de todo o período de decretação do estado de pandemia no país. A formalização da inspeção será feita por meio de ata de reunião. Proceder-se-á à verificação das condições estruturais da unidade prisional inspecionada, além de aspectos atinentes à gestão prisional, entre outros.

A última fase é a pós-inspeção destinada à eventual regularização de pendência documental ou quaisquer outras requisições feitas pelos integrantes da inspeção conjunta que não tenham sido atendidas durante o curso da reunião. Nesse caso, os

diretores das unidades terão 05 (cinco) dias úteis para encaminhar os documentos ou informes de providências aos e-mails dos participantes.

Seguirão anexos ao formulário os resultados de Pesquisa de Conectividade, o Formulário de Inspeção Remota, o Despacho de Agendamento de Inspeção Remota e o Despacho de Requisição de Documentos.

Os promotores, defensores, o juiz de execução penal e os demais integrantes da inspeção conjunta devem observar os resultados da pesquisa de conectividade, realizada durante o período de 16 a 17/07/20, para ter ciência prévia do contexto da unidade a ser inspecionada, identificando previamente fragilidades de visualização *on-line* da estrutura física.

3 - Procedimentos pré-inspeção

Os procedimentos de pré-inspeção constituem o conjunto de providências tendentes a fornecer aos integrantes encarregados da atividade de fiscalização do sistema prisional as informações sobre agendamento, preparação de espaço virtual e encaminhamento prévio do formulário.

Sugere-se que, no âmbito de cada comarca, o Juízo da Vara de Execuções Penais, promova a realização de uma reunião prévia entre os integrantes das instituições participantes para definir a coordenação dos trabalhos, o agente público que irá secretaria-los, o agendamento da inspeção e das providências preliminares.

3.1 O agendamento de inspeção virtual deve seguir critério temporal de antecedência mínima de 10 (dez) dias, a considerar a data da inspeção remota, e deverá cientificar os agentes públicos envolvidos na inspeção, que são: Diretor da Unidade Prisional a ser inspecionada, Juiz de Execução Penal, Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema carcerário - GMF, Promotores de Execução, Unidade de Monitoramento da Execução Penal - UMEP, Defensoria Pública do Estado, Presidente da Comissão Especial de Inspeção em Presídios da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Bahia, Coordenação Especializada Criminal e de Execução Penal da Defensoria Pública. O link para encaminhamento do formulário será enviado à direção



da unidade prisional pela UMEP, após esta ser cientificada por quem secretariará os trabalhos de inspeção, indicando a data prevista para a sua realização.

É facultada a participação do Ministério Público do Trabalho, conforme Resolução nº 196 de 26 de março de 2019.

3.2 O agendamento precisa ser encaminhado à UMEP e ao GMF, observando a necessidade de cumprimento dos prazos de encaminhamento dos formulários a unidades prisionais, bem como o prazo de preenchimento dos formulários pelos diretores.

3.3 A **preparação de espaço virtual para realização da inspeção** pressupõe a verificação do quanto levantado na pesquisa de conectividade em relação à unidade prisional a ser inspecionada, com vistas a definição de:

- a) Ferramenta de reunião virtual que melhor atende às demandas da unidade, dando prioridade às ferramentas que estão disponíveis na unidade prisional.
- b) Certificação de possibilidade de utilização da ferramenta em dispositivo móvel, a fim de viabilizar a observação das estruturas físicas durante o curso da inspeção remota.

3.4 O **Formulário de Inspeção Conjunta** é o instrumento digital a ser utilizado para a coleta de dados e deve ser encaminhado aos diretores das unidades prisionais com uma antecedência mínima de 10 (dez) dias com relação à data da inspeção. O link de acesso do formulário será encaminhado para o e-mail institucional das unidades. Os diretores das unidades prisionais terão 08 (oito) dias para o preenchimento e envio das respostas por meio do próprio formulário *on-line*.

3.5 É facultada ao membro da inspeção conjunta a **formulação de questionamentos** que julgar pertinentes durante o curso da inspeção remota. É fundamental que os participantes da inspeção analisem o resultado da pesquisa de conectividade da unidade inspecionada, conforme documento anexo, a fim de que seja possível identificar previamente fragilidades de visualização on-line da estrutura física.

4 - Procedimentos de Inspeção Remota

Durante o curso da inspeção virtual será redigida a Ata em conjunto com os participantes, bem como serão registradas as deliberações e encaminhamentos. A gravação da inspeção remota será opcional e poderá ocorrer por intermédio da própria ferramenta.

O Formulário de inspeção foi editado a partir de um conjunto de questionamentos que visam a verificar a gestão prisional da unidade a ser inspecionada, as ações de prevenção e profilaxia em face da pandemia de COVID-19, e, ainda, a observância das questões estruturais dessas unidades. Tais pontos deverão ser avaliados prioritariamente, sem prejuízo de outras verificações que podem ser realizadas. Poderá ser requisitada documentação complementar à direção da unidade, que terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis para encaminhá-la aos e-mails dos participantes da inspeção.

5 - Procedimentos Pós-inspeção

A última fase é a pós-inspeção destinada à eventual regularização de pendência documental ou outros requerimentos feitos pelos integrantes da inspeção conjunta que não tenham sido apresentados pelos diretores durante o curso da reunião. Nesse caso, os diretores das unidades terão 05 (cinco) dias úteis para encaminhar os documentos ou informes de providências aos e-mails dos participantes.

De posse da documentação complementar, os membros da inspeção conjunta farão os encaminhamentos de providências que julguem cabíveis e necessárias.

6 - Anexos

- a) **Pesquisa de Conectividade:** A pesquisa de conectividade tem por objetivo oferecer um panorama geral acerca da conectividade nos estabelecimentos prisionais, propiciando aos participantes da inspeção remota conjunta, antecipadamente, melhores condições de planejamento e efetiva possibilidade de mitigação das fragilidades conexão.

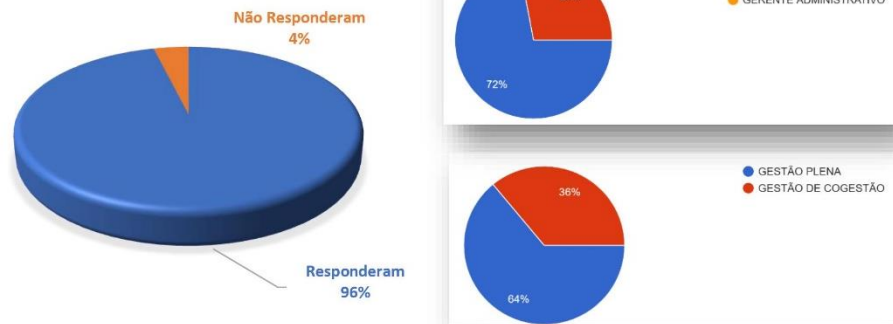
Abaixo segue o resumo gráfico da pesquisa, contemplando a totalidade das unidades penais que integram o sistema prisional local.

O resultado da pesquisa individualizado por estabelecimento penal será fornecido pela Unidade de Monitoramento da Execução Penal e Medidas de Segurança – UMEP/CEOSP/MPBA, quando do agendamento das inspeções.

UMEP – Roteiro de Inspeções Remotas
Pesquisa de Conectividade Unidades Prisionais

Panorama conectividade

26 Unidades Prisionais consultadas:



Das 28 unidades prisionais existentes no Estado da Bahia, foram enviados formulários referentes a Pesquisa de Conectividade para os diretores das 26 unidades prisionais que estão em funcionamento. 25 Unidades responderam à pesquisa, apenas a Direção da CAE – Casa do Albergado e Egresso não retornou o formulário respondido.

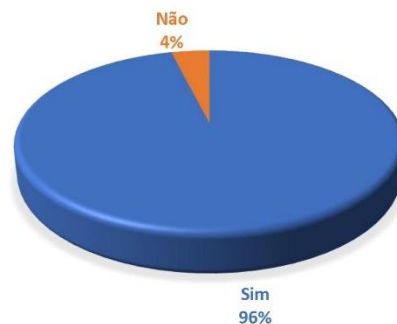
Unidade Prisional	Respondeu ao Formulário
1. Barreiras - CONJ Penal De Barreiras	Sim
2. Eunápolis - CONJ Penal De Eunápolis	Sim
3. Feira De Santana - CONJ Penal De Feira De Santana	Sim
4. Ilhéus - Presídio Advogado Ariston Cardoso	Sim
5. Itabuna - CONJ Penal De Itabuna	Sim
6. Jequié - CONJ Penal De Jequié	Sim
7. Juazeiro - CONJ Penal De Juazeiro	Sim
8. Lauro De Freitas - CONJ Penal De Lauro De Freitas	Sim

9. Paulo Afonso - Presídio Regional De Paulo Afonso	Sim
10. Salvador - Cadeia Pública De Salvador	Sim
11. Salvador – Casa do Albergado e Egresso	Não
12. Salvador - Central Médica Penitenciária	Sim
13. Salvador - Centro De Observação Penal	Sim
14. Salvador - Colônia Penal Lafayete Coutinho	Sim
15. Salvador - CONJ Penal Feminino	Sim
16. Salvador - CONJ Penal Masculino	Sim
17. Salvador - Hospital De Custódia E Tratamento	Sim
18. Salvador - Penitenciária Lemos Brito	Sim
19. Salvador - Presídio Salvador	Sim
20. Salvador - Unidade Especial Disciplinar	Sim
21. Serrinha - CONJ Penal De Serrinha	Sim
22. Simões Filho - Colônia Penal De Simões Filho	Sim
23. Teixeira De Freitas - CONJ Penal De Teixeira De Freitas	Sim
24. Valença - CONJ Penal De Valença	Sim
25. Vitória Da Conquista - CONJ Penal De Vitória Da Conquista	Sim
26. Vitória Da Conquista - Presídio Advogado Nilton Gonçalves	Sim

DA CONECTIVIDADE

1) A unidade dispõe de conexão via internet?

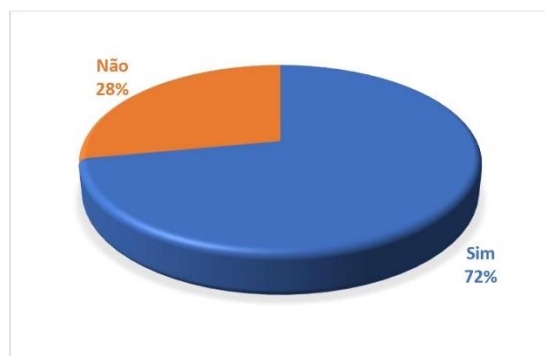
25 respostas



Apenas a UED – Unidade Especial Disciplinar, Salvador, informou não possuir conexão via internet

2) É possível a utilização da internet por meio de tecnologia 3g/4g ou WI-FI na unidade?

25 respostas

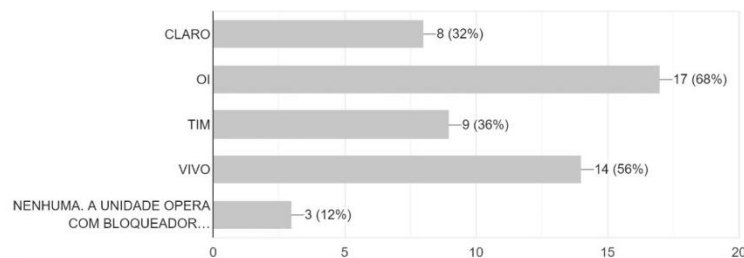


Unidades que informaram não ser possível a utilização de 3G/4G ou Wi-Fi

Ilhéus - Presídio Advogado Ariston Cardoso
 Itabuna - Conjunto Penal de Itabuna
 Salvador - Central Médica Penitenciária
 Salvador - Centro de Observação Penal

3) Quais as operadoras de telefonia móvel com funcionamento na unidade?

25 respostas



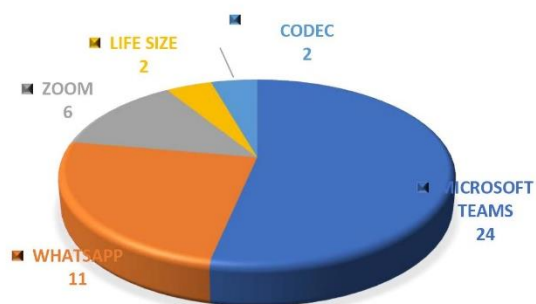
Unidades que informaram a existência de bloqueador de sinal de telefonia móvel:

Barreiras - Conjunto Penal de Barreiras
 Vitória da Conquista - Conjunto Penal de Vitória da Conquista
 Salvador - Central Médica Penitenciária

4) A direção da unidade faz uso de ferramentas de comunicação remota para realização de reuniões?



5) Caso sim, indique a(s) ferramenta(s) utilizada(s)
(Múltiplas opções)



6) A ferramenta utilizada pode ser acessada através de celular?

25 respostas

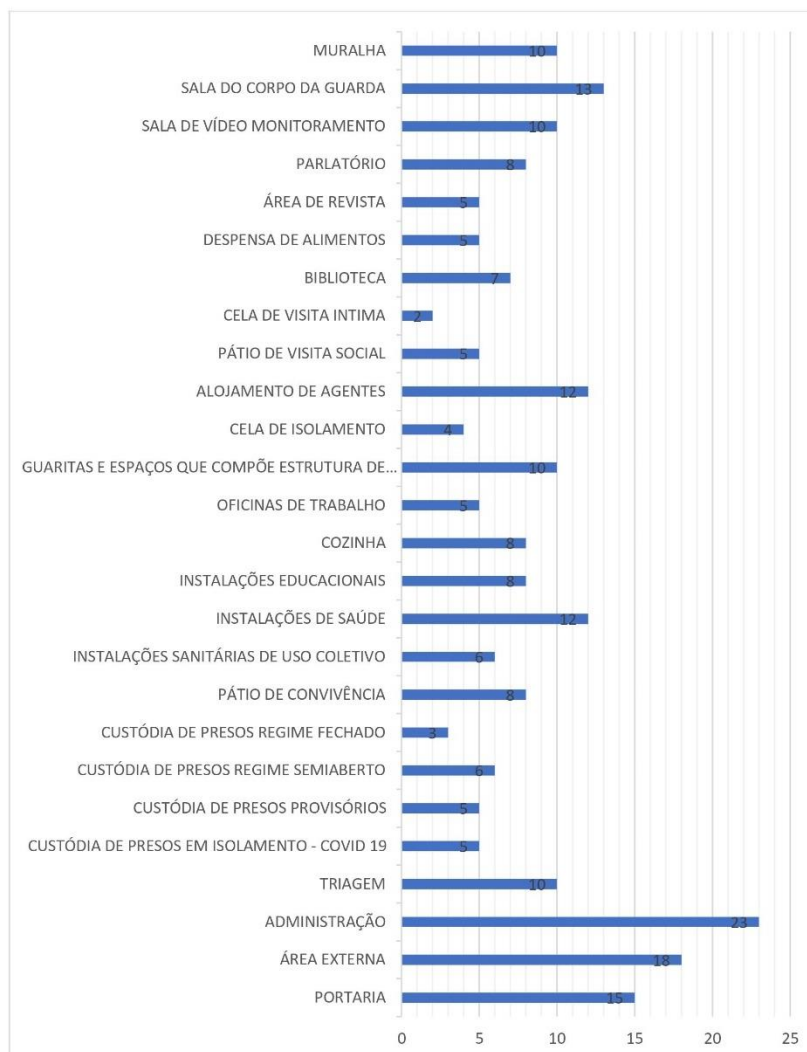


Unidades que informaram que não podem acessar as ferramentas via celular

CONJUNTO PENAL DE BARREIRAS
CONJUNTO PENAL DE SERRINHA
COLONIA PENAL LAFAYETE COUTINHO

MICROSOFT TEAMS, ZOOM, SKYPE, CODEC
MICROSOFT TEAMS, ZOOM
CODEC

7) Indique os locais da unidade onde é possível a conexão através de sinal 3g, 4g ou wi-fi

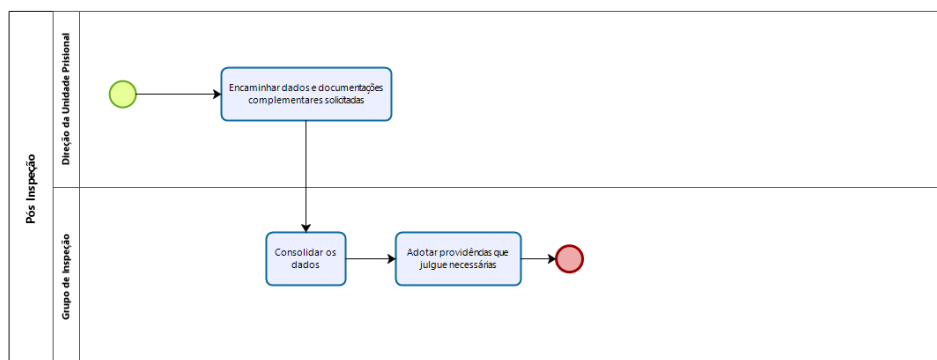
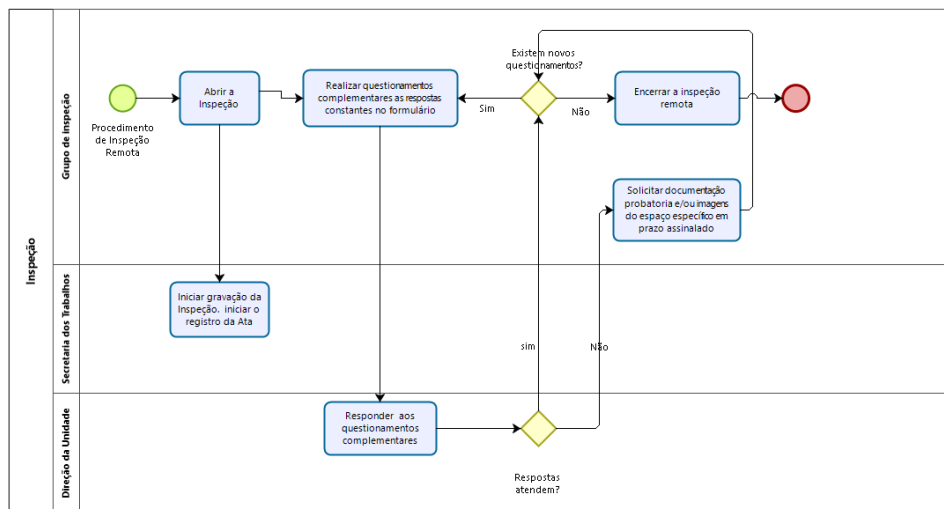
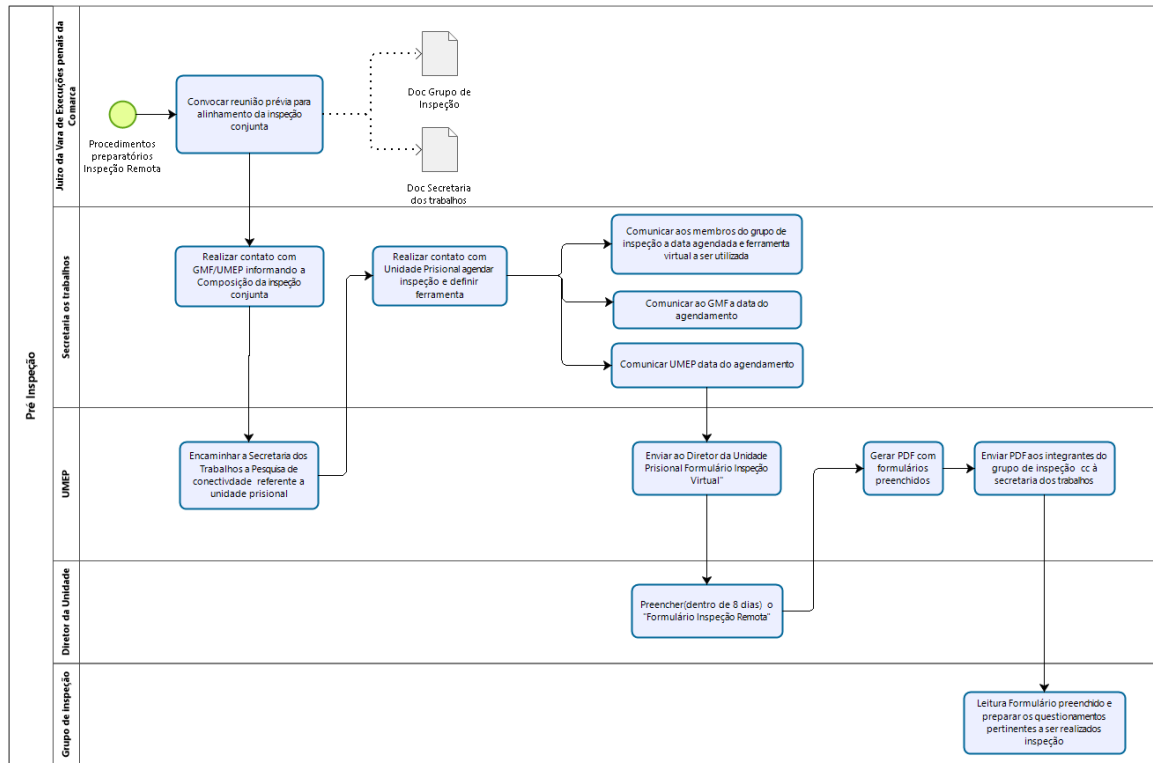


8) Observações julgadas relevantes

CONJ PENAL DE BARREIRAS	A Unidade é interligada em rede com acessos restritos destinados a operacionalização dos serviços internos e no prédio da administração temos wifi
CONJ PENAL DE EUNAPOLIS	No dia 24/06/2020, a Vara de Execuções Penais desta Comarca realizou inspeção judicial por videoconferência. Não foi possível a visualização de algumas áreas, justamente por conta da dificuldade com sinal de internet.
CONJ PENAL DE FEIRA DE SANTANA	NO CPFS, ENCONTRA-SE EM FASE DE ESTRUTURAÇÃO O "PROJETO VÍDEO-PARLATÓRIO", EM PARCERIA COM A DEF. PÚBLICA E A OAB, ONDE SERÁ UTILIZADO UM EQUIPAMENTO TIPO TABLET PARA VIABILIZAR O CONTATO REMOTO ENTRE OS CAUSÍDICOS E SEUS ASSISTIDOS.
PRESÍDIO ADVOGADO ARISTON CARDOSO	Apesar de está indicado na maioria dos locais, o sinal é fraco.
CONJ PENAL DE ITABUNA	Informo que por vezes o sinal 3g oscila em virtude da geografia do local.
CONJ PENAL DE JEQUIÉ	Apesar de ser possível a conexão por meio de aparelhos celulares, o sinal das operadoras é deficiente, o que dificulta as transmissões de vídeos chamadas e chamadas por aplicativos.
CONJ PENAL DE LAURO DE FREITAS	INFORMO QUE EM ALGUNS LOCAIS DA UNIDADE TEMOS CONEXÃO MAIS DE BAIXA QUALIDADE.
PRESÍDIO REGIONAL DE PAULO AFONSO	Nesta Unidade prisional não há bloqueadores de sinal e fica localizada em bairro residencial portanto, toda área é possível conexão com qualquer operadora de celular e redes de internet.
COLONIA PENAL LAFAYETE COUTINHO	Obs. Consultando nosso setor de REDES, na pessoa do Servidor JONIELSON, o mesmo informa, no que se refere ao último quesito, apenas podera ser instalado, dentro da Unidade Prisional, 3G e 4G.
CONJ PENAL MASCULINO	Inobstante haver sinal de todas as operadoras de telefonia móvel nesta unidade prisional, cumpre informar que existem bloqueadores de sinal instalados, os quais estão calibrados e direcionados para a área onde ficam localizados os pavilhões, razão pela qual os referidos sinais 3G/4G e a própria conexão somente é possível na parte externa, mais especificadamente no prédio onde fica instalada a administração do CONJ Penal Masculino de Salvador, que pela sua estrutura é destacado da área onde ficam os pavilhões, galerias e celas.
HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO	O sinal de telefonia móvel é sempre ruim em toda unidade
PENITENCIÁRIA LEMOS BRITO	A Penitenciária Lemos Brito não dispõe de Bloqueadores de sinal de aparelho celular, por conta disso acreditamos que, em toda a área da Unidade Prisional, seja possível o uso de tal equipamento.

UNIDADE ESPECIAL DISCIPLINAR	Unidade Especial Disciplinar (UED), devido a publicação da Portaria nº60 de 08 de maio de 2020, teve seu corpo Administrativo e Operacional deslocado para o antigo Corpo III da Penitenciária Lemos Brito, que passou a ser chamado de Unidade Prisional Extraordinária, inaugurado em 01 de julho de 2020. A UED atualmente destina-se a abrigar parte do corpo administrativo da nova unidade, em virtude da mesma ainda não possui instalado internet e telefone.
CONJ PENAL DE SERRINHA	A Unidade dispões de sinal 3G/4G, mais não possui Wifi
VITÓRIA DA CONQUISTA - PRESÍDIO ADVOGADO NILTON GONÇALVES	Nesta Unidade prisional não há bloqueadores de sinal e fica localizada em bairro residencial portanto, toda área é possível conexão com qualquer operadora de celular e redes de internet.

b) Fluxo das Etapas da Inspeção Conjunta Remota



C) Formulário de Inspeção Remota Conjunta: O formulário de Inspeção Remota Conjunta que será encaminhado aos diretores das unidades prisionais poderá ser acessado por meio do seguinte link <https://forms.gle/MjN6YZfgZzVnR5UH8>.

D) Contatos das instituições que compõem a inspeção conjunta remota:

Comissão Especial de Sistema Prisional e Segurança Pública da OAB-BA	sistemaprisional@oab-ba.org.br
Defensoria Pública do Estado da Bahia	coordenacao.criminal@defensoria.ba.def.br
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário – GMF/BA	gmf@tjba.jus.br
Monitoramento da Execução da Pena e Medidas de Segurança – UMEP/MPBA	umep@mpba.mp.br